



## ESCOLAS ISOLADAS: CELULA MATER DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1907-1936)

Ana Maria Antunes de Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente texto tem como princípio apresentar as Escolas Isoladas, por intermédio dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo. Documentos que estão disponíveis e digitalizados para consulta no Arquivo do Estado de São Paulo<sup>2</sup> e que foram expedidos pelas Delegacias Regionais do Ensino da capital e do interior do Estado. Os Anuários apresentam informações a respeito da situação e desenvolvimento dos movimentos educacionais, desse modo foram analisados os Anuários de 1907 até 1920, 1922, 1926 e 1936. Em busca de informações sobre as Escolas Isoladas analisando sua organização na tentativa de compreender como era o cenário em torno dessa instituição e como ela se configura como base da educação pública paulista.

**Palavras-Chave:** Anuários do Ensino do Estado de São Paulo; Escolas Isoladas; Educação Pública; Educação Paulista.

### Introdução

A prática na utilização de arquivos como fontes de pesquisa e investigação para a historiografia contém informações inestimáveis para compreensão da época que abrange o instrumento e permite uma reflexão a cerca dos acontecimentos nesta ocasião, conforme destaca Nunes e Carvalho (1992):

A reflexão sobre as fontes é ao mesmo tempo uma reflexão sobre os limites não só das práticas institucionais, no que diz respeito à localização, conservação e divulgação de acervos, mas também das práticas discursivas no âmbito da história. (NUNES e CARVALHO, 1992, p. 30).

Refletir sobre os conteúdos expostos nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, possibilita a concepção do que foi as Escolas Isoladas no período de 1907 a 1936. Esse documento expõe diversos elementos referentes ao sistema de ensino apresentando informações relevantes para o professorado e governo daquele período. Dentre esses assuntos se encontra estatísticas, quadros, nomes de professores que atuavam nas diversas escolas, resumos, métodos de ensino utilizados, descrição dos prédios escolares,

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP. Este artigo foi apresentado como parte do processo de avaliação da disciplina SEA: Tópicos de História da Escola no Brasil do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - UNIFESP.

<sup>2</sup> Para consultar os Anuários analisados acesse o site: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/anuarios\\_ensino](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino) (consultado em junho/2016).

livros adotados pelas escolas e informações das visitas dos inspetores de ensino a determinadas escolas.

As informações das visitas dos inspetores declaram como eram as estruturas das Escolas Normais, Reunidas, Grupos Escolares, Escola Modelo, Maternais, Jardim da Infância, Escolas Profissionais e Escolas Isoladas. Segundo João Lourenço Rodrigues (1907)<sup>3</sup>, os Anuários eram muito mais que apenas uma apresentação dos acontecimentos:

Neste apanhado, portanto, não constitui minha preocupação a mera exposição dos factos, mas sim a apreciação do seu alcance, pois nessa apreciação melhor se poderá vislumbrar o pensamento, a ideia directriz que nos factos encontrou expressão. Será, pois, em summa este relatório um trabalho de generalização ou mesmo de indução, servindo-se dos factos passados para traçar o prospecto, embora imperfeito, da obra futura, a cargo da Inspectoria do Ensino. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907, p.4).

A finalidade deste texto não é averiguar todo conteúdo exposto nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, nem esgotar todas as informações sobre as Escolas Isoladas, uma vez que já existem diversas pesquisas que o fazem, cada um buscando interpretar e analisar um recorte dessa temática. O foco do artigo é utilizar os Anuários como fonte para conhecer a trajetória das Escolas Isoladas com o intuito de conhecer suas origens, refletir sobre os diferentes pontos de vistas dos inspetores e ponderar sobre essas escolas como base da educação pública paulista.

Como exemplo de trabalhos que já se debruçaram sobre os Anuários encontramos o trabalho de Catani (1989), que em sua tese de doutorado faz um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e na tentativa de reconstruir o ciclo de vida da revista à autora no capítulo três delinea o significado do aparecimento dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo e o que se pretendia com sua publicação. Segundo Catani (1989) os Anuários surgiram em 1908 com os ideais de João Lourenço Rodrigues que pretendia:

[...] agir no sentido de combater o isolamento, aproximar o professorado, reunir as forças dispersas, divulgar os melhores métodos, tornar conhecidos os resultados obtidos na prática, em suma promover o surto de uma corrente de vida que, irradiando da escola-modelo como de um centro, se propagasse pelos grupos e vá impulsionar a escolas isoladas, que esparsa pelos territórios paulista arrastam uma existência miserável e definham menos pela indigência de elementos materiais do que pela falta de animação de origem exterior. (CATANI, 1989, p. 207).

No livro *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, Souza (1998) relata que para constituição de seu trabalho foram utilizados diversos documentos, dentre os quais: os Anuários do Ensino do

---

<sup>3</sup> Neste trabalho para toda citação direta longa referente aos Anuários se optará pela integridade absoluta do texto, mantendo a redação original, com as normas ortográficas do período.

Estado de São Paulo, os relatórios dos inspetores gerais de ensino e os relatórios do secretário de negócios do interior cujo desígnio era a confrontação desses dados para compreensão mais apurada e rica sobre a escola primária.

Outro trabalho que demonstra a contribuição dos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo é o de Almeida (2013), em sua dissertação a autora utiliza esses documentos como fonte para descrever o registro das práticas escolares e os métodos de ensino para o ensino infantil.

Tanuri (1979) utiliza como uma das fontes para redigir seu livro, os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo para analisar a estrutura didática do ensino e as sucessivas reformas por qual passou, expondo as leis vigentes, métodos, condições escolares, entre outras informações.

Durante o estudo para a construção desse artigo, foram encontrados artigos e teses que se dedicam ao estudo aprofundado das Escolas Isoladas, como a tese de Rosiley Teixeira Souto que destina dois subcapítulos em seu trabalho para discutir a organização das Escolas Isoladas, as regras de recrutamento para essas escolas, as práticas e qualificações dos professores que ali atuavam. Na tese de Angélica Pall Orinani (2015), encontramos uma análise densa do movimento de expansão das Escolas Isoladas pelo Estado de São Paulo, bem como o jogo de tensões entre o grupo escolar e as Escolas Isoladas. O artigo de Denise Guilherme da Silva (2004), também se dedica as Escolas Isoladas e têm por objetivo analisar as representações e práticas dessas escolas com destaque as escolas de Santos.

Diante do exposto compreende-se que diversas pesquisas utilizam os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo como fontes de investigação e que múltiplas pesquisas se dedicam ao estudo das Escolas Isoladas, cada qual com um objetivo.

Entretanto o foco neste artigo é a análise dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo como fonte de investigação para conhecer a estrutura das Escolas Isoladas e sua importância para a construção da Educação Pública Paulista, ponderando sobre de que maneira essa escola se constitui, ou não, como a Célula Mater da instrução pública paulista?

## **1. Porque Escolas Isoladas**

As Escolas Isoladas segundo o Anuário de 1909 eram salas unificadas, regidas por um professor, com alunos de diversas faixas etárias e múltiplos níveis de desenvolvimento. O curso dessas escolas era de oito anos e seu programa dividido em duas séries, como nos

grupos escolares<sup>4</sup>. A finalidade da Escola Isolada era simples e modesta, seu objetivo era educar em pouco tempo as crianças para logo retornarem aos serviços que desempenhavam para ajudar no sustento do lar, desse modo tinha como objetivo atender as necessidades futuras dos alunos que tinham como objetivo o trabalho.

Conforme Casemiro dos Reis Filho<sup>5</sup>, as inspetorias de distrito participavam de inúmeras propostas de reformas na instrução pública, pois a deficiência no ensino não era apenas quantitativa, mas também no ensino elementar que era reduzido abrangendo apenas a leitura, escrita e contas.

A quantidade de Escolas Isoladas no Estado de São Paulo era considerável, ou seja, existia um número significativo dessas escolas, de acordo com resumo estatístico do ano de 1916, a quantidade de Escolas Isoladas de 1898 a 1916 chegavam a cerca de 1550. Sendo 196 na capital e 1362 no interior. O total de alunos matriculados neste período foi de 159.713 (87.219 alunos masculinos e 72.494 femininos).

Em 1904 o provimento dos cargos para professores atuarem nas Escolas Isoladas sofreram mudanças significativas, sendo extinto o “*professor de ofício*, aquele que aprendia a ensinar no exercício da atividade docente, pois, para o ingresso no magistério, o critério passou a ser o concurso de provas e títulos para todos os diplomados pela Escola Normal.” (SOUTO, 2005, p. 110). Desse modo, como a análise dos Anuários se inicia em 1907, se levanta a hipótese de que todos os professores eram especialistas, formados na Escola Normal, concursados e dentro das leis vigentes à época.

Nessas escolas as salas eram heterogêneas, o que dificultava a atividade do professor, uma vez que em uma mesma classe, encontravam-se alunos analfabetos, outros do segundo, terceiro e quarto ano. O funcionamento das escolas isoladas tinha como objetivos erradicar com o analfabetismo em curto prazo, dessa forma os alunos “eram atendidos no período de três horas, nas escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares em funcionamento.” (SOUTO, 2005, p. 69).

A Escola Isolada era localizada em diversas regiões, como capital e interior. No entanto, essa era outra problemática, pois algumas ficavam afastadas demograficamente para atender a demanda dos alunos dos bairros e de regiões rurais, fato este que atrapalhava ainda mais o trabalho do professor, que muitas vezes residia em cidades vizinhas ou bairros que não contemplavam a região escolar, outros residiam nas casas

---

<sup>4</sup> Os grupos escolares era uma reunião de Escolas Isoladas, ou seja, reuniam essas escolas em um mesmo prédio em uma localidade mais central, visando à densidade da população em dado raio fixado. Cada grupo escolar poderia comportar de 4 a 10 Escolas Isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria.

<sup>5</sup> O regulamento da Instrução Pública de 27 de novembro de 1893 estabeleceu que a inspeção escolar ficasse a cargo do Inspetor do Distrito. A respeito dessas informações ver FILHO, C. R. A Educação e a Ilusão Liberal. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. p. 123.

destinadas as Escolas Isoladas, custeando o aluguel da instituição com os seus parcos salários.

A questão salarial torna-se ainda mais séria quando se observam as discrepâncias entre os salários dos professores primários, que começavam com 100\$000 para o interino, que com esse salário, a exemplo dos demais, precisava arcar com o aluguel das escolas e se manter no município. A diferença salarial desse professor para o da escola preliminar era de 33%. (SOUTO, 2005, p. 51).

No Anuário de 1910, o inspetor José Monteiro Boa Nova relata que o regimento vigente das Escolas Isoladas, ainda era o aprovado pelo Decreto nº 248 de 25 de julho de 1894 e estava ultrapassado, pois não havia uma lei que estabelecesse quais as regras para uma boa organização dessas escolas. O inspetor relata ainda que o decreto não era utilizado de forma correta em razão de ser pago pelo próprio professor o aluguel das casas.

Essa foi uma discussão constante nos Anuários, todos se referindo a necessidade da ajuda do governo para prover as despesas livrando o professor dessa obrigação. Alguns inspetores viam a necessidade do governo em auxiliar os professores de todas as Escolas Isoladas com uma quantia de 30\$ ou 20\$ para custear os alugueis.

No Anuário de 1936 o inspetor Miguel Roque relata que visitou cada uma das Escolas Isoladas da capital para averiguar suas condições materiais, em seu relatório retrata a Escola Isolada como detestável e que o Estado auxiliava o professor da capital com verbas de 50\$000 mensais para o aluguel da sala. Observou que das 74 salas, nas quais funcionavam 113 escolas, existiam vinte nove salas com aluguel de 50\$, três escolas com aluguel de 66\$, uma escola com aluguel de 80\$, havia vinte e seis salas com aluguel de 100\$, uma com aluguel de 120\$ e quatorze salas gratuitas. Este Anuário expõe ainda informações referentes às delegacias do interior onde existiam 3114 Escolas Isoladas, cujo apuramento referente ao preço do aluguel das salas variava de 6\$000 até 70\$000, dessas escolas 1508 eram gratuitas, outras providas por fazendeiros da região, por pessoas de posses e que acreditavam na educação e outros pelos próprios professores.

Um novo agravante incidia sobre a Escola Isolada, a Lei da Carreira. Esta lei substanciava-se no Regulamento de 30 de setembro de 1904, em seu cumprimento os professores deveriam iniciar suas carreiras em Escolas Isoladas para depois pleitear a remoção para um grupo escolar. O inspetor João Crysostomo B. Reis Junior narra em seu relatório para o Anuário de 1908 que diversos professores não empregavam esforços necessários para atuarem de forma eficaz nas Escolas Isoladas por conta dessa lei, afinal, conseguiam com facilidade a remoção para uma colocação mais favorável e então mudavam para outra mais propícia e assim por diante, até cumprir o prazo previsto para o acesso aos grupos escolares.

Conforme Rosa Fátima de Souza, com a Lei da Carreira "inaugurava-se dessa forma o "tempo de desterro", a passagem apressada e provisória do professor pela Escola Isolada em direção ao lugar sonhado, isto é, uma vaga no grupo escolar". (SOUZA, 2006, p. 74, grifo autor).

Nos relatórios de 1908, houve grande crítica à Lei de Carreira, dentre eles o inspetor Ramom Roca Dordal que descreve que a Escola Isolada era vista apenas como um meio de passagem. De um lado os professores estavam continuamente pensando em mudar de escola, por outro lado, os que permaneciam não se interessavam pela escola e acreditavam que seus serviços não eram reconhecidos e apreciados. A Lei de Carreira não se conciliava com o interesse do Estado e prejudicava o entusiasmo e a motivação do professor, atrapalhando o andamento das Escolas Isoladas, pois estabelecia a condição de instabilidade uma vez que determinava que o professor só atuasse no grupo escolar depois de passar em cadeiras de Escolas Isoladas de bairro e de sede de município. Portanto, conforme já aludido, o professor nomeado considerava a Escola Isolada como um meio de passagem.

O inspetor Miguel Carneiro Junior, retrata no relatório de 1908 as más condições das Escolas Isoladas, sem ar, sem luz e sem higiene. Para ele era impossível o professor amenizar o trabalho com exercícios de canto, marchas e outros. Descreve que a última hora do dia letivo era quase perdida para os trabalhos escolares, em virtude do cansaço que as crianças manifestavam. Nas palavras de Catani (1989):

Há unanimidade por parte dos inspetores na denúncia da precariedade do funcionamento das Escolas Isoladas e dos obstáculos enfrentados nessas instituições: desde a deficiência do preparo técnico dos professores recém-formados, até as questões de instalação físicas inadequadas e falta de mobiliário. A forma de organização dessas escolas não estava na altura dos créditos de que gozava o Estado de São Paulo, sendo que parte das dificuldades era atribuída ao processo de formação dos professores. (CATANI, 1989, p. 216).

O inspetor Moyses Horta de Macedo em 1910 relata sobre as precárias condições das Escolas Isoladas e como os programas não satisfaziam as necessidades pedagógicas e higiênicas, desse modo o inspetor propõe algumas mudanças relacionadas aos horários, programas, instalação de salas que satisfizessem as condições pedagógicas e higiênicas, dotação completa de material escolar a todas as escolas, divisão do tempo escolar em dois períodos (das 8h da manhã às 10h30m e outro das 12h30m às 15h).

A sugestão sobre a divisão do tempo nas Escolas Isoladas também é discutida pelo inspetor Domingos de Paula e Silva, que preocupado com a alfabetização de crianças de zonas rurais, informa o quanto os trabalhadores precisavam da ajuda dos filhos nas atividades agrícolas para prover seu sustento, por essa razão muitos não frequentavam a escola. Para ele, ao estabelecer dois períodos escolares de menor tempo alcançariam um

melhor resultado na participação dessas crianças, uma vez que conseguiriam participar das duas atividades.

Havia por intermédio dos inspetores uma preocupação com o interesse e motivação dos professores das Escolas Isoladas, logo se estabeleceu como prêmio o nome no Livro de Honra que tinha como finalidade difundir valores morais.

Paralelamente à melhoria da organização dos serviços, apresentava-se como bom estímulo à criação de um Livro de Honra, que já fora proposto há algum tempo e que, em princípio, visava obter informações que permitissem recompensar a dedicação dos docentes, e que na prática consistia em um eficiente mecanismo de vigilância e controle de qualidade do trabalho dos elementos do magistério. (CATANI, 1989, p. 226).

No Anuário de 1914, João Chrysostomo faz uma crítica ao livro de honra, relatando que muito mais que ter o nome no livro era necessária uma bonificação financeira, com melhores salários.

Tem essas dignas collegas, como premio ao seu nobilitante esforço, os seus nomes registrados no Livro de Honra desta Directoria. Não basta, porém, a compensar tão profícuo trabalho essa distincção; é justo que se lhes dê remuneração pecuniária, correspondente ao esforço dispendido e ao resultado que alcançaram em proveito da educação infantil. Todos os Sr. Inspectores affirmam que as escolas de suas circumscripções têm melhorado, embora, em geral, ainda não satisfaçam às nossas apsiarações. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1914, p. 28).

Alguns inspetores referem-se à inferioridade das Escolas Isoladas em relação aos grupos escolares. O inspetor Mauricio de Camargo em 1913 relata a inferioridade mental dos meninos das Escolas Isoladas e que esses possuíam um vocabulário reduzido. O grupo escolar era considerado o progresso no quesito de escolarização. Assim, as Escolas Isoladas “se caracterizaram como um constante vir a ser e carregavam em suas imagens o estereótipo de sombra do grupo escolar.” (ORIANI, 2015, p. 17).

Antonio de Sampaio Doria, no Anuário de 1918 relata que outro obstáculo às Escolas Isoladas foi instituído pela lei nº 1521, de 26 de dezembro de 1916, que vetava as licenças de um ano para professores que apresentassem doenças como: hemiplegia, paraplegia, alienação mental, tuberculoso, morfético e cego. Permitindo apenas licença para doenças como lepra e tuberculose, o que ocasionava a atuação de professores incapazes em sala da aula.

Si o afastamento do professor constitue um verdadeiro desastre para a escola, occasionando, ás vezes, a perda de diversos mezes de trabalho, é de toda conveniência se procure prender o mais possível o professor no exercício de suas funcções. E para se conseguir isso, em parte, basta que seja modificada a actual lei de licenças [...] (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1923, p. 182).

As condições precárias das Escolas Isoladas são mencionadas em todos os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, onde os inspetores mencionam não só as dificuldades oriundas da localização, dos diversos pontos de vistas dos professores sobre estas instituições, bem como dos problemas de ordem pedagógica, higiênica, material, instalação, professores mal preparados, métodos e a falta de intervenção governamental.

Por outro lado, os Anuários descrevem que diversas propostas são criadas para modificar a situação dessas escolas, pois “precisavam estar o mais constantemente possível debaixo do olhar escrutinador da autoridade escolar, não só para que aí se desenvolvessem os melhores métodos de ensino, como para que estes fossem ministrados com proveitos”. (SOUTO, 2005, 199).

## **2. Intervenção na Base da Educação Pública**

Segundo Catani (1989) <sup>6</sup> os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo fazem um apontamento sobre a organização e estruturação da educação naquele período. Com essa denúncia encontramos nos Anuários não só a identificação dos problemas das Escolas Isoladas, mas diversas sugestões de deliberação para a correção e para o bom funcionamento dessas escolas. Interessante observar que os inspetores relatavam a precariedade das Escolas Isoladas e ao mesmo tempo recomendavam medidas de transformação para as escolas, com a finalidade de alfabetizar e erradicar o analfabetismo.

Como é o caso do Inspetor Antonio Morato de Carvalho que no Anuário de 1908 relata sobre a má localização das Escolas Isoladas, onde os professores moram a duas ou três léguas de distância, descreve as precárias condições de instalações dos prédios, as irregularidades na localização das escolas isoladas que são afastadas da densidade de população e como essas escolas não recebem há vários anos os materiais e mobiliários necessários. Na sequência o inspetor sugere algumas deliberações de correções como: fazer nomeação de professores apenas em localidades cujo recenseamento de crianças matriculadas garantisse a estabilidade da escola; dar provimento a cadeira apenas em locais em que os professores possam encontrar prédios apropriados para escola e para residência.

No mesmo relatório de 1908 o inspetor Antonio Morato de Carvalho descreve como era o ensino nas Escolas Isoladas, onde havia a privação de recursos; não havia homogeneidade na utilização de métodos de ensino; em algumas escolas o ensino simultâneo era substituído pelo individual; não havia adoção de livros para os alunos de uma mesma classe; no ensino de leitura eram desprezados o giz e o quadro negro, uns ensinam por silabação outros por soletração; longas operações aritméticas eram feitas mecanicamente; o estudo da geografia consistia na catalogação de rios, cidades, serras e

---

<sup>6</sup> CATANI, op. cit., p. 227.

ilha. Logo em seguida o inspetor propõe que se crie uma medida que viabilize uma modificação metodológica com uma série de itens para melhoria do ensino, dentre eles, a redução do programa, adoção de horários, ensino de disciplinas de maior utilidade, indicação de lições práticas e livros a serem adotados e ainda a necessidade de separar os alunos do primeiro ano dos alunos de séries mais avançadas.

Oscar Thompson no relatório de 1909, descreve que o Dr. Gustavo de Godoy constrói uma Escola-Modelo Isolada anexa a Escola Normal e relata as considerações do Inspetor João Lourenço Rodrigues (1907 - 1908) a respeito dessa escola:

Julgo indispensável e urgente a fundação de uma tal escola. Ella deverá ficar, como a outra, subordinada á directoria da Escola Normal, que receberá a incumbência de organizal-la livremente, sem as peias de uma legislação prematura. Foi por este processo que a escola-modelo actual se constituiu e preparou para a grande missão que está desempenhando na evolução do ensino. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1909, p. 28).

Para Lourenço Rodrigues a fundação de uma escola modelo com duas seções, com a simplificação do programa, redução da extensão do curso e modificação referente à duração atual das aulas eram benéficas, uma vez que as Escolas-Modelos Isoladas ficariam a cargo da diretoria da Escola Normal, que a organizaria. Segundo ele, após a criação da regulamentação das Escolas-Modelo Isoladas, na qual deveriam ficar consignados todos os ensinamentos obtidos na prática, os resultados alcançados seriam indicações seguras para a futura regulamentação das Escolas Isoladas. O trabalho referente à Escola-Modelo Isolada iniciou em 29 de abril de 1908 e para Lourenço Rodrigues, após aprovação do regimento interno da Escola-Modelo Isolada, o governo poderia torná-lo extensivo as Escolas Isoladas em geral.

Conforme consta no Anuário de 1917 Vol. 2, (este documento era composto de dois volumes) a prática de enxergar a Escola Isolada como um rito de passagem, não incidiu somente em relação ao professorado, após a criação da Escola-Modelo Isolada, ficou estabelecido que a maneira de premiar os três melhores alunos de cada seção da escola-modelo seria promovê-los para estudar na escola modelo Caetano de Campos. Conforme Souza (2006), a escola modelo seria referência e transformaria a educação no Brasil:

A escola-modelo foi o protótipo dos grupos escolares, modelo de escola primária que se generalizou no Brasil nas primeiras décadas do século XX, tendo o estado de São Paulo o pioneiro na implantação desse tipo de estabelecimento no país. (SOUZA, 2006, p. 56).

As críticas e sugestões continuam presentes nos Anuários, João Chrysostomo B. R. Junior na publicação de 1916 propõe algumas mudanças para melhorar o ensino nas Escola Isoladas, dentre essas mudanças ele propõe a divisão das escolas em rurais e urbanas. Nas

escolas rurais o curso deveria ser de dois anos e nas escolas urbanas de três anos, visando o desenvolvimento compatível com as necessidades das classes. Ele sugere um programa mais simples, tendo em vista a sequência lógica e o desenvolvimento gradual das matérias, de modo que os anos superiores fossem um desdobramento natural dos inferiores, apenas acrescidos de novas matérias.

As propostas que João Chrysostomo segundo o Anuário de 1917 Vol. 2 é visível na Lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917 que prevê a classificação das Escolas Isoladas de acordo com os seguintes critérios: urbanas, quanto criadas para sedes de município, em distritais, quando localizadas em propriedades de distrito de paz ou bairros e em rurais quando localizadas em propriedades agrícolas, centro fabril e distante das sedes dos municípios. Nas palavras de Souto (2005).

O curso dessas escolas seria de três anos e o programa seria mais desenvolvido que a das escolas rurais. As escolas isoladas urbanas seriam as localizadas em sede de município. O curso teria a duração de quatro anos e seu programa deveria ser o proposto para as escolas preliminares. (SOUTO, 2005, p. 68).

O Anuário de 1918 trás um demonstrativo referente ao valor patrimonial das escolas. O montante total das escolas chegava ao marco de 19.623:057\$00, somado a 434:760\$000 de almoxarifado e 756:160\$000 da Diretoria de Instrução Pública, neste ano a fazenda das Escolas Isoladas era de 5.038:100\$00, no entanto, mesmo diante de toda essa quantia gasta com a educação, segundo relatório, apenas 171.767 crianças tinham acesso às escolas.

Por falta de escolas 245.845 crianças em idade escolar estavam distantes das salas de aulas e apesar dos esforços dos poderes públicos, mais da metade da população paulista cresciam e desenvolviam-se analfabetas. O inspetor Martinho Nogueira relata no mesmo Anuário que 468.050 crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula, elas poderiam ter acesso e receber instruções, independente de qualquer prejuízo orçamentário, para tal bastava-se rever a situação das Escolas Isoladas.

No Anuário de 1919, Oscar Thompson nos revela que a grande modificação das Escolas Isoladas ocorreu por intermédio da Lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917, as mudanças que sucederam segundo documento foi:

[...] garantiu o Governo a estabilidade dos professores nas cadeiras ruraes, mediante oferta de casa para sua residencia e sala para aulas; fixou o tempo destinado ao curso de ensino nessas tres categorias de escolas e deu-lhes outros programmas e horarios adequados ás necessidades locais, estabeleceu as condições para o seu provimento, mediante a concurso, excepto nas ruraes; determinou a admissão de meninos nas escolas femininas e a transferencia de cadeiras de um para outro ponto do mesmo districto de Paz, no intuito de obter maior matricula e frequencia, de alumnos e melhor aproveitar o trabalho dos professores; deu provimento

interino às escolas vagas durante o semestre, afim de não prejudicar a aprendizagem das crianças, até a realização dos concursos; providenciou a respeito da fiscalização do ensino, discriminando as atribuições dos conselhos regionais de educação; extinguiu as escolas que, cinco anos depois de sua criação não tiveram provimento e as que, por igual tempo, se conservaram vagas por falta de alunos ou de casas para sua instalação. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1919, p. 182).

Os apontamentos referentes às Escolas Isoladas discutidas nos Anuários foram essenciais para que o governo começasse a olhar para a situação dessas escolas. Posto isto, começam a surgir leis organizativas, visando o amparo dos alunos e dos professores.

Oscar Thompson menciona que baseados na lei nº 1710, de 27 de dezembro de 1919, começa-se a colocar em prática algumas medidas como: dividir as escolas diurnas em dois períodos de acordo com a demanda; constitui-se o mínimo de alunos elevando a matrícula e frequência em todas as escolas; determina-se que nenhuma escola seja provida se não houver na localidade sala para sua instalação e casa para residência do professor; normatiza-se que a cadeira regida por professores provisórios serão obrigatoriamente municipais em concurso e estabelece quais os casos que podem acarretar à suspensão de funcionamento de escolas.

Conforme já mencionado anteriormente, em 1904 houve mudança com relação ao ingresso do professor nas Escolas Isoladas, extinguindo o *professor de ofício* e sendo necessário o concurso para ingresso como professor nas Escolas Isoladas. Entretanto, diante do relato de Oscar Thompson, fica claro que essas transformações não foram colocadas em práticas e ainda existiam professores que não eram especialistas e aptos a exercer o cargo.

O início do Anuário de 1923<sup>7</sup> relata sobre os benefícios da Lei nº 1750, que tinha por finalidade reunir várias escolas em um só prédio e sob a direção de um único professor. Essa medida traria animo e melhorias gerais para o estabelecimento, desobrigando os professores de outros deveres que não lhe competiam, permitindo ao professorado que cumprissem suas tarefas de forma correta e acabaria com inconvenientes das Escolas Isoladas. Sud Mennucci aborda esse assunto no mesmo relatório, explicando sobre as escolas reunidas e como eram as medidas administrativas referentes à união de algumas Escolas Isoladas em um mesmo prédio sob a administração de um diretor.

Pois bem, essas quatro escolas vizinhas que se arrastavam, vegetando penosamente uma ao lado da outra, são um dia reunidas. O governo nomeia-lhes um director, da-lhes um servente, arbitra-lhes uma verba de expediente, dota-as de material novo, confortavel abundantes e acaba-as installando-as em prédio sinão elegante e luxuoso, pelo menos decente e arejado. É de se assitir então as bruscas e radicaes transformações. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1923, p. 9).

---

<sup>7</sup> O Anuário de 1923 encontra-se digitalizado em um mesmo arquivo com o Anuário de 1922.

Segundo Sud Mennucci essa ação zelaria exclusivamente pelas Escolas Isoladas uma vez que o diretor seria declarado como auxiliar de inspeção e facilitaria o trabalho das delegacias que não estavam mais preparadas para o grande serviço que deveriam prestar, uma vez que os números de Escolas Isoladas eram significativos. Segundo ele, essas mudanças resultariam em uma atmosfera de solidariedade que nunca existiu, onde os professores poderiam conversar compartilhando e discutindo a educação. Dessa maneira, passa a existir o cargo de diretor, com diversas ocupações. Segundo Souza (2006) grande era as expectativas com relação ao diretor.

Dele se esperava tudo: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário. A identidade do diretor como uma autoridade do ensino foi construída nos primeiros anos seguintes à implementação dos grupos escolares. A autoridade do cargo legitimava por sua vez a pressuposta competência dos diretores a respeito das questões administrativas e pedagógicas do ensino. (SOUZA, 2006, p. 76).

As aulas seriam regidas pelos professores das Escolas Isoladas e também pelos adjuntos; os alunos seriam distribuídos em classes de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento; neste mesmo prédio funcionariam escolas femininas e masculinas, no entanto, cada gênero em uma sala; os diretores seriam professores da escola normal nomeados pelo governo para desempenhar a função.

O Anuário de 1936 retrata que a situação das Escolas Isoladas permanecia precária do ponto de vista dos inspetores, um dos relatórios apresenta a informação de que as Escolas Isoladas eram inferiores aos grupos escolares, no entanto, mais viável para o Estado, uma vez que sua única despesa era com o vencimento do professorado, onde cada aluno da Escola Isolada custava em média por ano 90\$000 com atuação de uma professora estagiária e 268\$000 com uma professora experiente.

O Anuário revela ainda informações sobre a quantidade de Escolas Isoladas por município, bem como a situação de suas instalações, em Jaboticabal, por exemplo, existiam 162 prédios, dos quais 61 eram próprios, desses 86 tinham o chão assoalhado, 108 sem janelas envidraçadas, 160 cobertos de telhas e 146 construídos com tijolos, dessa forma ainda são precários os prédios escolares. Por outro lado, o documento expõe que algumas medidas foram adotadas em diversas cidades para viabilizar o ensino, uma dessas medidas foi a criação da Caixa Beneficente das Escolas Isoladas de Guaratinguetá, que arrecadou uma quantia significativa para iniciar suas atividades nas 42 escolas do município, por meio dessa caixa conseguiram o valor de 908\$800 gastos com aquisição de 600 metros de pano para vestuário de 200 escolares.

Outra medida foi a reunião mensal que deveria ocorrer nas Escolas Isoladas para discussão do ensino nessas escolas. No município da Casa branca essa reunião foi deliberada após uma assembleia dos inspetores distritais e diretores de grupos da região.

Ainda nesse município ocorreu um curso de férias para os professores da Escola Isolada que obteve êxito. Em Santos estava em discussão essa proposta e em Guaratinguetá em dezembro do mesmo ano, ocorreu um curso de férias com o seguinte programa: higiene rural, ensino comum na escola rural e atividades agrícolas, neste curso estiveram presentes 45 mestres da roça, alguns atuando em outras regiões do Estado, médicos da delegacia de saúde local, professores da escola normal e professores normalistas especialistas em questões agrícolas. Taubaté relata que existem vários estabelecimentos da região que buscam processo de renovação didática (recomendados pelos inspetores escolares) e informam que antes de colocá-las em prática procuravam fazer adaptações quando necessárias.

O Anuário de 1936 relata ainda sobre a necessidade de uma modificação com relação aos exames escolares, segundo o código de educação os exames eram feitos pelos diretores ou vice-diretores, composto de pelo menos duas disciplinas. Já nas Escolas Isoladas o exame periódico anual era efetuado pelo inspetor. Desse modo, os inspetores sugerem que a aplicação de testes de escolaridade seja feita pelos professores, no entanto, eles sabiam da dificuldade dessa modificação, uma vez que pela lei, o modo de avaliar os rendimentos dos professores era por meio da porcentagem de promoções dos alunos.

Tais reformas, no fundo, tinham a pretensão de promover uma mudança no campo educacional do país. Essas escolas se concretizavam como única forma de desenraizar o analfabetismo, “configuravam-se como faróis de civilização que iriam irradiar educação, modernidade, saúde e higiene, incutindo novos hábitos e costume ao homem do campo, retirando-o do isolamento, do atraso, da pobreza, da ignorância a que era submetido” (SILVA, 2004, p 10).

Para Aprígio Gonzaga (Anuário de 1920), a Escola Isolada foi fundada com o intuito de disciplinar crianças que estavam distantes das zonas urbanas e para isto era necessário à formação moral dos alunos, ele expõe que “A escola não cabe fazer ferreiros ou carpinteiros, a Ella, mercê de Deus, está destinada a missão mais alta.” (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920, p. 403).

No relatório de 1908, o inspetor René Barretos descreve que as Escolas isoladas eram à base da educação popular e das instituições de ensino, logo existia a necessidade de uma reforma, pois eram esquecidas, funcionando em sala sem o necessário espaço.

O estado actual das escolas isoladas continúa a ser muito precário. Cellula mater de toda a educação popular e base actual de nossas instituições de ensino, ellas deveria merecer uma atenção toda especial das auctoridades governativas, de modo a que dessem o que podem dar, principalmene nos centros menos populosos e nas regiões ruraes: - uma solida e educativa instrucção preliminar. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1908, p. 81).

Se propaga nessa época que a escola tinha o poder de “moralizar, civilizar e consolidar a ordem social, visando o progresso da sociedade essa crença torna-se justificativa ideológica para a constituição dos sistemas estatais de ensino”. (SOUZA, 2006, p. 36).

A busca pelo fim do analfabetismo era uma luta constante e sempre discutida nos Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, os inspetores acreditavam que por meio da escola a sociedade seria transformada e neste caso a Escola Isolada era então considerada um mal necessário, pois adentrava em regiões longínquas e difundia a alfabetização, ainda que nela faltasse tudo. No Anuário de 1922, Sizenando Rocha Leite deixa clara a visão sobre o mal do analfabetismo:

O analfabetismo é uma doença que reclama, como todas as moléstias, regularização na dosagem, em benefício da cura. Que não haja solução de continuidade na tarefa gloriosa da alfabetização, e o grave mal do analfabetismo estará, em pouco tempo, extirpado das terras paulistas. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1920, p. 196).

João Chrysostomo B. R. Junior no Anuário de 1914 expõe que “a educação será a base para o progresso nacional e que as crianças necessitam conhecer, para não crescerem ignorantes de tudo sem poder colaborar patrioticamente com as aspirações de progresso e engrandecimento nacional”. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1914, p. 20, grifo meu).

Assim, embora existissem fortes críticas às Escolas Isoladas, tanto do ponto de vista pedagógico como as condições para o seu funcionamento, essas escolas foram majoritariamente fundamentais para a alfabetização da camada popular. Sem as Escolas Isoladas os indivíduos ficariam afastados da instrução, da alfabetização e do conhecimento.

### **Considerações Finais**

Conforme exposto, os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo se constituem verdadeiras fontes de investigações e permitem a análise do período histórico abrangido pelos exemplares (1907 até 1920, 1922, 1926 e 1936), possibilitando a compreensão da situação da instrução pública do Estado de São Paulo.

Por meio desses documentos foi possível observar a estrutura das Escolas Isoladas, os pensamentos dos inspetores e professores atinentes a essas escolas, bem como as dificuldades e entraves encontrados nessas instituições, dentre eles a falta de mobiliário, de prédio próprio, professores mal preparados, difícil localização e falta de verba.

Por outro lado, verifica-se que algumas medidas eram iniciadas no Estado de São Paulo em favor da educação popular e das Escolas Isoladas. Essas escolas foram fundamentais para processo de instrução pública, uma vez que eram uma, senão a única,

oportunidade das crianças que viviam em zonas rurais, bairros distantes, capital ou interior terem acesso à educação. Ainda que de forma precária por meio dessas escolas propagava-se educação, a civilidade e a moralidade com vistas a modificar e promover o progresso da sociedade.

Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo apresentam a inferioridade das Escolas Isoladas frente aos grupos escolares, escolas reunidas e escolas normais. As críticas às Escolas Isoladas eram intensas, tanto por parte do professorado quanto por parte dos inspetores, contudo essas escolas foram essenciais para a propagação da alfabetização, uma vez que admitiam crianças de diversas regiões e proporcionavam o acesso à informação, conhecimento e o ensino elementar às camadas mais pobres.

Segundo os inspetores as Escolas Isoladas eram à base da instrução pública, o primórdio da educação, a célula mãe das outras instituições que surgiram a partir de seu alicerce. Mesmo diante de tanta precariedade e à sombra de fortes críticas, elas desempenharam o papel que lhes foi designado que era alfabetizar a maior quantidade de crianças possíveis. Os Anuários revelam que essas escolas se constituíram como a fundamentação da educação pública em São Paulo.

Pela limitação imposta a esse trabalho, este artigo foi apenas uma introdução sobre a importância das Escolas Isoladas para a educação pública paulista, assunto que emana novas pesquisas específicas dentro deste contexto. Ainda existem muitas investigações com relação às Escolas Isoladas, bem como diversas inquirições sobre os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo. Qual a concepção pedagógica dessas escolas? Os discursos em torno da escola estavam vinculados a quais questões políticas? Quais os outros impressos da época que retratam o cenário das Escolas Isoladas? Essas e outras questões surgiram durante a leitura do texto.

## Referências Bibliográficas

**Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, São Paulo:** Inspetoria Geral da Instrução Pública, 1907 - 1920, 1922, 1926, 1936. Acesso em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/Anuários\\_ensino](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/Anuários_ensino)> Consultado em junho/2016.

ALMEIDA, A. M. **Ritos e rituais na escolarização da infância em São Paulo (1896-1912).** São Paulo: PUCSP, 2013. Dissertação (mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz** (um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918). Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

FILHO, C. R. **A Educação e a Ilusão Liberal**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Historiografia da educação e fontes**. ANPED 15<sup>a</sup>. Reunião Anual. Caxambu, MG, 1992.

ORIANI, Angélica Pall. **A Célula Vida do Bom Aparelho Escolar**: expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Paulista. UNESP Marília, SP, 2015.

SILVA, Denise Guilherme. **Ilhas de Saber**: representações e práticas das Escolas Isoladas do Estado de São Paulo (1933-1943). In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. PUCPR, Paraná. *Anais...Paraná*, 2004.

SOUTO, Rosiley Teixeira. **Recrutamento e Qualificação de Professores Primários na Instrução Pública Paulista (1892 – 1933)**. São Paulo: PUCSP, 2005. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, F. R. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil, In: **O legado educacional do século XIX**, Dermeval Saviani [et al]. 2ed. revisada e ampliada, Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo**. São Paulo: UNESP, 1998.

TANURI, Leonor M. **O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930**. São Paulo: USP, 1979.